

Mandato-tampão é ameaça ao DF

eleição

MASSIMO MANZOLILLO

Brasília poderá navegar, a partir do próximo ano, em águas turbulentas, com a metade do leme e sem vento suficiente para inflar as velas e mover a embarcação. Esse quadro adverso está se delineando devido à existência de um último Governo indireto, estabelecido pela Constituição como forma de coincidir a data das eleições estaduais e a do Distrito Federal, condicionando o próximo titular do Palácio do Buriti a realizar uma administração exclusivamente política, com o objetivo básico de preparar a comunidade e as instituições partidárias ao pleito de novembro de 1990.

Com um último timoneiro biónico, a Capital da República assistirá a uma gestão transitória e circunstancialmente política, alterando a rotina governamental de aplicar recursos para evitar o caos social e urbano. Em uma cidade que cresce vertiginosamente e abre a perspectiva da casa própria à comunidade de baixa renda, o mandato-tampão de dez meses pode representar um considerável atraso nessa neurótica corrida contra a implosão dos serviços do estado. Outro fator a inviabilizar um plano de

Governo consistente refere-se, exatamente, à curta duração dessa gestão indireta — 300 dias.

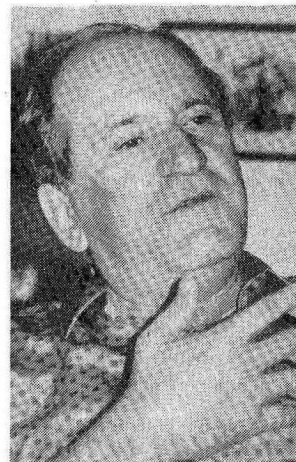
FENÔMENO

Seria necessário um desempenho próximo ao fenomenal para que um administrador apresentasse, nesse período, realizações substanciais, além da proposta política da qual se incumbirá. Uma terceira condicionante desse distanciamento do social diz respeito à necessidade de o indicado corresponder à expectativa do Presidente da República, justificando sua figura de “fiel escudeiro”. Ainda engatinhando no tocante a disputas partidárias, Brasília significa um espaço em potencial a ser conquistado — nada mais lucrativo para a legenda vitoriosa na corrida presidencial do que garantir a sustentação política na própria sede do poder federal. Segundo o deputado Augusto Carvalho (PCB-DF), um governo de coalizão, encabeçado por uma liderança comunitária com trânsito fácil na maioria das legendas, permitiria recuperar, em parte, o que denomina de “processo ilegítimo”. Para ele, o difícil seria conciliar esse anseio pessoal com os projetos dos diversos partidos.

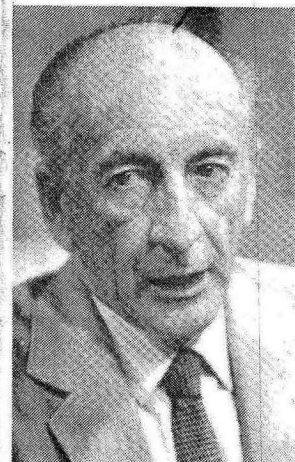
FOTOS: ARQUIVO



Roriz, pelo PMDB?



Maurício Correa, PDT



Lauro Campos, do PT



Valmir Campelo, PTB



Maria Abadia, PSDB



Meira Filho, do PMDB